



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XV Curso de Especialização em Relações Internacionais

**A instabilidade no Arco Norte da América do Sul:
O caso da Venezuela e suas implicações para
a Segurança e Defesa do Brasil**

Bento Paulos Cabral

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Prof. Dr. Thiago Gehre Galvão

Brasília

2018

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o caso da crise da Venezuela e levantar suas implicações para a Segurança e Defesa do Brasil no quadro de instabilidade no Arco Norte da América do Sul. Para tanto, inicialmente considera-se uma assertiva constante do Livro Branco de Defesa Nacional brasileiro, no sentido de que na América do Sul se delineia uma clara tendência de cooperação em matéria de defesa que faz surgir uma comunidade de segurança. Em seguida, trata-se a América do Sul sob o ponto de vista da estabilidade, gastos militares e cooperação em matéria de defesa, procurando encontrar relações entre esses aspectos. Na sequência, mostra-se a Amazônia como elemento de integração e de conflitos e como foco de atividades cooperativas no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Após, expõe-se a situação da Venezuela, em especial sua atual crise política, econômica e social e suas consequências para o Brasil. Por fim, são apresentados dois cenários possíveis para a segurança e defesa do Brasil.

Palavras-chave: América do Sul, Estabilidade e Cooperação Regional; Crise na Venezuela; Brasil; Segurança e Defesa.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the case of the Venezuelan crisis and to raise its implications for Security and Defense of Brazil in the framework of instability in the North Arc of South America. To do so, it is initially considered a constant assertion in the White Paper on Brazilian National Defense, in the sense that in South America a clear trend of cooperation in defense matters is emerging that brings about a security community. Next, South America is considered from the point of view of stability, military spending and defense cooperation, trying to find relationships between these aspects. In the sequence, the Amazon is shown as an element of integration and conflicts and as a focus of cooperative activities within the framework of the Amazon Cooperation Treaty Organization. Afterwards, the situation of Venezuela is exposed, especially its current political, economic and social crisis and its consequences for Brazil. Finally, two possible scenarios for Brazil's security and defense are presented.

Keywords: South America, Stability and Regional Cooperation; Crisis in Venezuela; Brazil; Security and Defense.

INTRODUÇÃO

Considerando o conceito de Karl W. Deutsch¹ de que uma comunidade de segurança emergiria nas relações entre Estados de uma mesma região à medida que a guerra se tornasse impensável na solução de disputas entre seus membros, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) brasileiro expressa que “a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e seu Conselho de Defesa (CDS) devem ser vistos como possíveis instrumentos para o desenvolvimento de uma mentalidade de ‘comunidade de segurança regional’ na América do Sul” (BRASIL, 2016, p. 28).

A ideia de comunidades de segurança surgiu em um contexto de integração regional, como alternativa à predominância do realismo político nos anos do pós-guerra, pela possibilidade da criação de uma paz internacional sem a necessidade de estabelecer uma autoridade superior aos Estados². Como os requisitos para essa comunidade envolvem, entre outros, fatores como “a criação de mecanismos institucionais suficientes para resolver eventuais crises, o compromisso em torno do princípio da reciprocidade nas relações entre os membros da comunidade e a percepção comum de uma ameaça externa”, como em tese se verificam na América do Sul.

No entanto a visão expressa no LBDN brasileiro parece ser um tanto utópica. Outros teóricos internacionalistas, como Buzan e Waever (2003, apud MEDEIROS FILHO, 2010, p.184), colocam a América do Sul em um padrão intermediário de regime de segurança, pois notam a falta de um padrão homogêneo, envolvendo as relações de amizade ou inimizade entre os países que a compõem, o que faz com que enquadrem essa região, conforme a teoria dos Complexos Regionais de Segurança³ (CRS), em dois subcomplexos relevantes: o Cone Sul e o Norte-andino (BUZAN; WAEVER, 2003, apud FUCCILLE; REZENDE, 2018, p. 79). Sendo que essa ideia também é compartilhada por autores que trabalham com a ideia de Comunidade de

¹ Conceito apresentado por Deutsch no fim da década de 1950, em sua obra *Political Community and the North Atlantic Area – International Organization in the Light of Historical Experience*.

² Para Deutsch, tais comunidades políticas “podem ser ‘amalgamadas’, quando existe a transferência de autoridade para um novo centro decisório, ou ‘pluralistas’, quando é mantida a independência dos diversos governos” (JATOBÁ, 2013).

³ “Em linhas gerais, a teoria dos CRS busca enfatizar um meio-termo existente entre o sistema global e o Estado. A definição de um complexo regional de segurança é, por seus autores, ‘um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros’” (BUZAN; WAEVER, 2003, apud FUCCILLE; REZENDE, 2018, p. 79).

Segurança, como Andrew Hurrell⁴, que ressalta que a adoção de políticas de controle de armamento e a realização de exercícios conjuntos por países do Cone Sul, entre outras medidas, têm contribuído para reduzir a percepção de rivalidade e de ameaça mútua que dominava o ambiente sub-regional, embora isso não possa se dizer a respeito de outras partes da América do Sul (HURRELL, 2003, apud MEDEIROS FILHO, 2010, p.66).

Em decorrência dessa ressalva sobre as outras partes do subcontinente, o presente artigo se propõe a analisar, no nível regional, as implicações da atual crise na Venezuela para a segurança na porção Amazônica, em especial para o Brasil. Para tanto, no desenvolvimento, vai-se partir do geral para o particular, abordando-se primeiramente a América do Sul sob o ponto de vista da estabilidade, gastos militares e cooperação em matéria de segurança e defesa; em seguida, vai-se abordar a Amazônia; e na sequência, a situação atual da Venezuela. Por último pretende-se concluir com dois cenários possíveis para a área de segurança e defesa do Brasil.

1. Segurança e Defesa na América do Sul

A América do Sul compreende a porção meridional da América e é constituída por doze países, a saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Também se localiza na América do Sul a Guiana Francesa, território ultramarino da França.

1.1 América do Sul sob o ponto de vista da estabilidade, gastos militares e cooperação em matéria de segurança e defesa.

Estabilidade regional

Referindo-se à América Latina⁵, da qual faz parte a América do Sul, Costa Vaz (2018, p.1) afirma que ela é referida nas análises sobre o panorama estratégico global como a “região mais estável do planeta no que diz respeito à ocorrência de guerras” em razão de fatores como: “inexistência de conflitos bélicos [...] de caráter

⁴ An Emerging Security Community in South America?. In: ADLE Emanuel; BARNETT Michael. Security Communities Nova York. Cambridge University Press 1998.

⁵ É a região do continente americano que engloba os países onde são faladas, primordialmente, línguas românicas (derivadas do latim) – no caso, o espanhol, o português e o francês – e que pode ser entendida como a porção do continente americano ao sul dos Estados Unidos.

interestatal”, “diversificado repertório de medidas de confiança mútua”, “espaços institucionais para o diálogo político” e “cooperação em matéria de segurança e de defesa”, além do “primado da democracia”, o que “justifica a caracterização da mesma como uma comunidade de segurança em ascensão” (COSTA VAZ, 2018, p.1).

Para a compreensão das diferentes dinâmicas regionais que afetam a estabilidade na América do Sul, Medeiros Filho (2010, p.61) propõe a divisão da região em cinco grandes porções, que podem ajudar, sugerindo, então, as porções do Cone Sul, Andes e Amazônia, Brasil e Guianas, ilustradas na figura 1.

A respeito da estabilidade, em convergência aos subcomplexos Cone Sul e Norte-andino Medeiros Filho (2010) verifica uma relação de causa e efeito entre os processos de integração nas porções em tela e os níveis de estabilidade nelas existentes, pois “enquanto o Cone-Sul apresenta considerável êxito, as porções ‘Amazônia’ e ‘Andes’ apresentam níveis de integração bem mais modestos”, sendo nessas porções, em que os processos de integração são mais escassos, “que se localizam áreas de potenciais conflitos territoriais”, com destaque para “as fronteiras entre Chile, Peru e Bolívia⁶ [...], as cercanias do lago Maracaibo (Colômbia-Venezuela) e a região de Essequibo (Venezuela-Guiana)” (MEDEIROS FILHO, 2010, p. 64”).

Ainda sobre essa situação, Medeiros Filho (2010) considera que, apesar da coexistência simultâneas “de movimentos de integração e de fragmentação” em todas as porções citadas, o subcontinente sul-americano pode ser dividido em “dois grandes arcos⁷: o ‘Arco da Estabilidade’ e o ‘Arco da Instabilidade’” (Figura 2). O Arco da Estabilidade corresponde à faixa Atlântica (Mercosul estendido) e o da Instabilidade se refere à “porção onde persistem zonas potenciais de conflitos armados, notadamente ‘Amazônia’ e ‘Andes’” (MEDEIROS FILHO, 2010, p. 65).

⁶ Medeiros Filho (2010) identifica na situação mediterrânea da Bolívia, hoje, a maior ameaça latente de conflito territorial na América do Sul.

⁷ Medeiros Filho (2010) esclarece que essa ideia apareceu originalmente em Introdução a análise e formulação de Política de Defesa, de Hector L. Saint-Pierre.

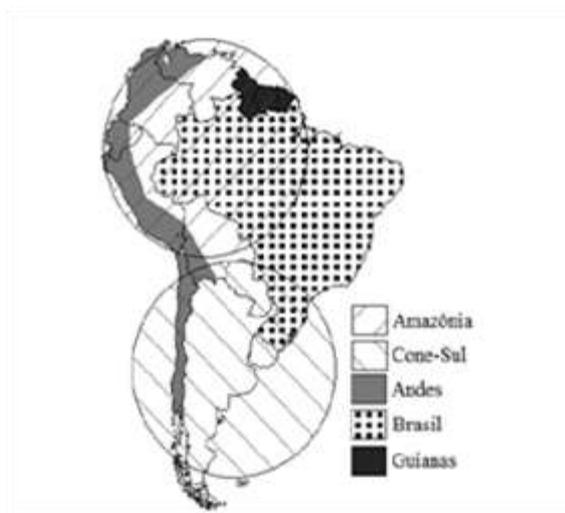


Figura 1- Porções regionais da América do Sul
Fonte: Medeiros Filho (2010)

No chamado Arco de Instabilidade, Pagliari (2011, p.7) aponta questões de fronteira, ainda não plenamente resolvidas, entre Bolívia e Chile (devido à reivindicação boliviana do direito de saída para o mar); entre Colômbia e Nicarágua (que contesta a soberania colombiana sobre o arquipélago de San Andrés); entre Colômbia e Venezuela (quanto a delimitação da plataforma continental do Golfo da Venezuela ou Golfo de Maracaibo); e entre Venezuela e Guiana (pela bacia do Rio Essequibo).

Ainda nesse Arco, em razão de questões internas, dois países merecem atenção quanto ao potencial de instabilidade regional: a Colômbia, em decorrência do longo confronto das Forças legais com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e com o Exército de Libertação Nacional (ELN) e a Venezuela, em decorrência da crise política, econômica e social pelo qual o país vem passando desde a primeira metade desta década.



Figura 2 - Arcos de Instabilidade e Estabilidade na América do Sul
Fonte: Medeiros Filho (2010)

Porém, enquanto na Colômbia, atualmente, se desenvolve um processo de paz com as FARC, na Venezuela, não se percebe, por enquanto, uma possibilidade de melhora da situação interna. Sobre a Venezuela, Costa Vaz (2017) considera que a “eventual eclosão de uma guerra civil na Venezuela” constitui-se num fator de instabilidade regional poderoso que pode atrair o “engajamento de atores providos de países vizinhos e mesmo de atores extrarregionais em uma crise aguda de maior duração” (COSTA VAZ, 2017, p. 14), o que pode ter sérias implicações para o Brasil na área de segurança e defesa.

Ocorre que para melhor compreensão das dinâmicas que envolvem a estabilidade na América do Sul é importante olhar para a situação dos gastos em defesa no subcontinente.

Gastos com Defesa

Costa Vaz (2018) aponta que “a dinâmica dos gastos militares sul-americanos [...] dá conta de significativa desaceleração a partir de 2014 e ainda mais pronunciada do que aquela apontada para o conjunto da América Latina”. Ele mostra que de 2012 a 2016 houve uma diminuição média de 5,2% ao ano, entre 2013 e 2016, uma redução

absoluta de 23,7% dos gastos militares por quase todos os países do subcontinente, à exceção da Argentina, Colômbia, Guiana, Paraguai e Uruguai, os quais aumentaram seus gastos no mesmo período, embora o Paraguai tenha registrado uma pequena redução na proporção desse aumento entre 2015 e 2016. Em sentido contrário, nesse período, Venezuela e Brasil promoveram os maiores cortes nos orçamentos de defesa da região (COSTA VAZ, 2018, p.5-6).

Considerando o panorama econômico da América do Sul no período mencionado, parece haver uma relação direta entre a recessão econômica enfrentada por Brasil e Venezuela e a redução dos gastos militares na América do Sul. Costa Vaz (2018) aponta que para a Venezuela, as causas são a forte instabilidade política, a desorganização macroeconômica e a acentuada queda dos preços do petróleo, além dos “custos das políticas patrocinadas pelo regime chavista levaram à redução de 56% dos gastos militares, apenas entre 2015 e 2016”, enquanto que “Peru e Equador cortaram bem menos seus gastos de defesa (13% e 20% respectivamente), sendo que o Brasil em 7,2% no mesmo período” (IISS⁸, 2017 apud Costa Vaz, 2018, p.6).

Conforme a Tabela 1, pode-se observar que Brasil e Colômbia concentram 62,4% do total dos gastos militares da região. Costa Vaz (2018) aponta que até 2014, “a Venezuela manteve gastos superiores aos da Colômbia, de modo que a participação dos três países (Brasil, Colômbia e Venezuela) alcançava 74% dos gastos de todo o subcontinente”. Destaca, ainda, que o forte peso destes países do ponto de vista dos gastos militares não se reflete na “influência que efetivamente exercem no plano da Defesa no marco regional, o que coloca em questão a importância [...] dos gastos militares, como fator de alavancagem política no plano da Defesa no contexto regional” (COSTA VAZ, 2018, p.6).

Costa Vaz (2018), realça ainda que gastos militares na maior parte dos países dos países da América do Sul são fortemente concentrados nas despesas com pessoal, o que, em sua visão (COSTA VAZ, 2018) prejudica de modo muito significativo a influência que tais países “poderiam derivar de seus gastos militares e exercer, junto aos seus parceiros, na construção de agendas e de iniciativas no plano do diálogo político e da cooperação em Defesa no marco regional” (COSTA VAZ, 2018, p.7).

⁸ IISS - THE INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES. The Military Balance 2017. London: Routledge Journals.

Na análise dos gastos militares na América do Sul, merecem destaque, no contexto deste artigo, os gastos dos países amazônicos⁹ (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Venezuela) que, conforme a Tabela 2 a seguir, “revelam um panorama ainda mais acentuado da tendência de redução observada tanto para o conjunto da América Latina e Caribe quanto da América do Sul”. Na comparação dos gastos militares, durante o período de 2012 a 2016, observa-se que a redução destes no contexto dos países amazônicos “em sentido absoluto [...] alcançou a taxa de 29,9% contra os 23,7% [...] em toda a América do Sul”. Se excluído o Brasil, essa cifra sobe para 46,7%, praticamente o dobro daquela referente a todo o subcontinente” (COSTA VAZ, 2018, p.7).

Em relação ao Brasil, Costa Vaz (2018) afirma que tal diferença é significativa, em razão de as “dinâmicas securitárias presentes no contexto amazônico” a fim de coibir os tráficos ilícitos de drogas, armas, espécies e de pessoas demandarem “o fortalecimento das capacidades dos países quanto ao resguardo de suas respectivas soberanias” e “vigilância e monitoramento dos fluxos transfronteiriços por meio terrestre, aéreo, fluvial e marítimo”, atividades que têm nas Forças Armadas agentes prioritários para sua condução, “sendo a cooperação regional em defesa dimensão central e indeclinável das estratégias e iniciativas conjuntas para seu enfrentamento no contexto amazônico e sul-americano de forma geral” (COSTA VAZ, 2018, p.9)

Quanto aos gastos militares dos países amazônicos, eles sofrem influência de fatores tanto externos como internos dos países envolvidos, como a queda significativa dos preços do petróleo no mercado internacional e a necessidade de equilíbrio com gastos sociais. No contexto amazônico, destaca-se a queda nos preços do petróleo como fator relevante, em razão de que “Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela dependem significativamente das receitas decorrentes da exportação de petróleo e gás” (COSTA VAZ, 2018, p. 11-12).

Sobre a diminuição de gastos militares, Costa Vaz (2018, p.14) pondera que o emprego das Forças Armadas para o enfrentamento de ameaças internas, como

⁹ O Suriname não foi considerado em razão de não se localizarem informações que atendessem aos mesmos critérios dos demais países para o período considerado.

acontece no Peru, Venezuela¹⁰ e Brasil¹¹, será “sempre um argumento potencial em favor da manutenção dos gastos militares em patamares que lhes assegurem níveis mínimos de funcionalidade e efetividade, mesmo diante do reconhecimento de importantes demandas em outros setores” (COSTA VAZ, 2018, p.14).

Tabela 1 - América do Sul: Gastos militares (em US\$ bilhões, valores constantes 2015)

País	2012	2013	2014	2015	2016
Argentina	4776	5351	5536	5483	6164
Bolívia	582	621	651	576	545
Brasil	24574	24708	26201	24618	22839
Chile	4511	4559	4640	4637	4583
Colômbia	8455	9206	9081	9127	9930
Equador	2865	2946	2897	2449	2130
Guiana	33,8	35	38,9	46,4	49
Paraguai	303	334	352	387	360
Peru	2326	2684	2704	3191	2551
Suriname	n.h	n.h	n.h	n.h	n.h
Uruguai	883	927	956	970	980
Venezuela	16208	17389	11692	5265	2336
Total	65516	68760	64748	56748	52467
Varição %		5,0	-5,9	-12,4	-7,5

Fonte: Costa Vaz (2018)

Tabela 2 - Países Amazônicos: Gastos militares (2012-2016) (em US\$, valores constantes 2015)

País	2012	2013	2014	2015	2016
Bolívia	582	621	651	576	545
Brasil	24574	24708	26201	24618	22839
Colômbia	8455	9206	9081	9127	9930
Equador	2865	2946	2897	2449	2130
Guiana	33,8	35	38,9	46,4	49
Peru	2326	2684	2704	3191	2551
Venezuela	16208	17389	11692	5265	2336
Total	55043	57589	53264	45272	40380
Varição %	-	+ 4,6	-7,6	-15,1	-10,9

Fonte: Costa Vaz (2018)

Nesse sentido, em razão da importância que têm Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, “para a configuração do panorama de estabilidade” do arco setentrional da região Amazônica, o Brasil deve “manter estreito diálogo político e iniciativas de

¹⁰ Em que as Forças Armadas “formam parte ativa do processo político doméstico” (COSTA VAZ, 2018, p. 14).

¹¹ No qual verifica-se o envolvimento crescente das Forças Armadas “no enfrentamento ao crime organizado e ao tráfico tanto nos espaços fronteiriços como em importantes centros urbanos” (COSTA VAZ, 2018, p. 14).

cooperação no campo da Defesa tanto no plano bilateral como no marco da UNASUL” (COSTA VAZ, 2018, p.15). Em consequência, concordando com Costa Vaz sobre a importância do diálogo político e da cooperação no âmbito da UANSUL, vai-se a seguir abordar esses aspectos.

Cooperação em defesa

Como comentado acima, ao mesmo tempo em que reforçam laços de confiança mútua, as atividades de cooperação também afastam intensões hostis, tanto entre os envolvidos, como de elementos externos a ela, pela percepção do efeito sinérgico sobre a capacidade de defesa

Nesse sentido, a criação do Conselho Militar de Defesa (CDS) da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) deu maior ênfase à cooperação regional em segurança e defesa, do que havia anteriormente nas iniciativas bilaterais ente o Brasil e seus vizinhos, pois seu CDS tem entre seus objetivos “consolidar a América do Sul como uma zona de paz, criando condições para a estabilidade política e o desenvolvimento econômico-social [...], gerando consensos que contribuam para fortalecer a cooperação no continente” (BRASIL [s.d.]b).

Conforme Mendes et al (2017), “é possível classificar o CDS como [...] um fórum político para intercâmbio em matéria de defesa”. Sobre esse intercâmbio, ressalta a “diferença entre cooperação em defesa e cooperação militar”, esclarecendo que a primeira “repousa na cooperação e no ajuste recíproco das políticas de dois ou mais Estados [...] em que cada parte adapte seu comportamento em função de mudanças no comportamento do outro”. Ela inclui “exercícios combinados [...] a formação de recursos humanos, o desenvolvimento de tecnologia militar e o intercâmbio de inteligência”. Por outro lado, a cooperação militar é mais restrita e refere-se à “interação mais especificamente no nível de diferentes forças armadas, como, por exemplo, o intercâmbio entre militares em cursos de formação” (MENDES et al, 2017).

No que se refere à cooperação militar, no sentido acima proposto, conforme o LBDN (BRASIL, 2016), em 2015 as Forças Armadas brasileiras receberam 185 militares de países sul-americanos em cursos no Brasil (Tabela 3) e enviaram 131 militares para cursos em países sul-americanos (Tabela 4).

Tabela 3 - Militares da América do Sul realizando Cursos no Brasil em 2015

Países	Marinha	Exército	Força Aérea	Total
Argentina	3	4	1	8
Bolívia	2	17	1	20
Chile	5	6	-	11
Equador	4	22	2	28
Guiana	-	10	-	10
Paraguai	11	14	9	34
Peru	6	27	6	39
Suriname	-	8	-	8
Uruguai	-	6	-	6
Venezuela	2	16	3	21
Totais		130		185

Fonte: Elaborado a partir de dados do LBDN-2016

Tabela 4 - Militares brasileiros realizando Cursos na América do Sul em 2015

Países	Marinha	Exército	Força Aérea	Total
Argentina	6	56	1	63
Bolívia	-	7	-	7
Chile	6	12	2	20
Colômbia	1	7	-	8
Equador	2	2	-	4
Paraguai	-	1	-	1
Peru	1	7	-	8
Uruguai	2	7	-	9
Venezuela	-	9	2	11
Totais	17	108	5	131

Fonte: Elaborado a partir de dados do LBDN-2016

Pelas tabelas 3 e 4, percebe-se que há uma quantidade significativa de intercâmbio de militares entre o Brasil e os países da América do Sul em atividades de ensino. No que se refere a militares realizando cursos no Brasil, vê-se que o maior número é dos países do complexo norte-andino, o que acontece de forma invertida em relação a militares brasileiros realizando cursos em países da América do Sul. O que pode indicar, em relação aos países norte-andinos, uma prioridade para a difusão da doutrina e pensamento militar das Forças Armadas brasileiras e, em relação aos países do cone sul, uma prioridade na aquisição de conhecimentos que permitam aprimorar uma doutrina e pensamento militar comum.

No sentido citado anteriormente, o CDS estabeleceu quatro eixos principais de atuação no continente, para orientar atividades de cooperação em Defesa (BRAGATTI, 2016, p. 95). Nesses eixos os planos de trabalhos anuais têm previsto atividades cooperativas como, por exemplo:

a) Eixo 1- Política de defesa: desenvolvimento de metodologia de medição de gastos de Defesa (2010-2011); Grupo de Trabalho (GT) para o estabelecimento de uma metodologia para padronizar e dar transparência ao inventário militar dos países sul-americanos e sua atualização periódica (2012); GT para gestão e monitoramento de áreas especiais utilizando os recursos do centro Gestor de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) em proveito dos países membros da UNASUL (2013); e criação de GT sobre a Perspectiva de Gênero no CDS (2016);

b) Eixo 2- Cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz: realização de exercício combinado regional, sobre Operações de Manutenção da Paz, buscando desenvolver padrões de interoperabilidade militar combinada (2010-2011) e Operações de Manutenção da Paz e Ajuda Humanitária, incluindo a participação da mulher e a proteção de civis em operações de paz. (2013); o aperfeiçoamento de mecanismo de uso do inventário das capacidades de defesa dos Estados membros em caso de desastres naturais. (2012); e criação de GT para implementar um Protocolo de emprego das Forças Militares em Apoio Humanitário (2017);

c) Eixo 3- Indústria e tecnologia de defesa: desenvolvimento e implementação de um sistema integrado de informação sobre indústria e tecnologia da defesa (2010-2011); desenvolvimento e implementação de um sistema integrado de informação sobre indústria e tecnologia da defesa (2012); criação de um Grupo de Trabalho composto de expertos, ao fim de apresentar o desenho, o desenvolvimento e a produção regional de um sistema de aeronaves não tripuladas (2013); realização de seminário de fomento na base industrial de defesa sul-americana e catalogação (2015); e realização de um foro de Catalogação (2017);

d) Eixo 4- Formação e capacitação: elaboração de proposta de programa sul-americano de formação em Defesa, para os civis representantes dos Estados Membros do Conselho de Defesa Sul-americano (2010-2011); e realização de cursos como o Avançado de Defesa Sul-americano (CAD-SUL) (2010 a 2017); o de Perspectiva de Gênero em Defesa (2016 e 2017), o de Defesa e Pensamento Estratégico (2017) e o de Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos (2017).

Pelas atividades realizadas no âmbito do CDS/UNASUL, percebe-se que, igualmente ao que acontece em relação às atividades de cooperação militar, a situação mostra-se favorável à melhora da situação de integração em toda a América do Sul.

Em complemento às atividades de desenvolvidas no âmbito do CDS/UNASUL, ainda no conceito de cooperação em defesa precitado, estão os exercícios militares, os quais, conforme o LBDN brasileiro (BRASIL, 2016), totalizaram em 51 exercícios combinados envolvendo países da América do Sul (Tabela 5).

Tabela 5 - Exercícios das FA brasileiras com FA de países da América do Sul

Países	Marinha (2012/2015)	Exército (2013/2015)	Força Aérea (2012/2015)	Total
Argentina	8	4	3	15
Equador	-	-	1	1
Guiana	1	-	-	1
Suriname	1	-	-	1
Uruguai	1	-	1	2
Venezuela	-	-	2	2
Bolívia	2	-	2	4
Chile	1	-	4	5
Paraguai	2	-	4	6
Colômbia	2	-	5	7
Peru	2	-	5	7
Totais	20	4	27	51

Fonte: Elaborado a partir de dados do LBDN-2016

No que se refere aos exercícios das Forças Armadas brasileiras com outros países, verifica-se, de modo semelhante aos militares sul-americanos realizando cursos no Brasil, que o maior número deles acontece com países norte-andinos, sendo essa situação favorável para que, no futuro, a situação de integração e confiança mútua na região norte-andina possa se assemelhar àquela hoje existente no Cone Sul.

Porém, para melhor compreensão das dinâmicas cooperativas na parte norte da América do Sul se faz necessário olhar mais atentamente para a Amazônia ou região amazônica e os países que nela se localizam, o que vai ser feito a seguir.

1.2. Contexto Amazônico

Para Bellintani e Lyra (2014) a Amazônia ou região amazônica, extensa área territorial que engloba vários países, “possui uma pluralidade de contextos” em razão de sua “grande diversidade étnico-cultural [...] enorme riqueza pouco explorada e [...] importância estratégica para a defesa nacional”. (BELLINTANI; LYRA, 2014, p.9). Do ponto de vista deste artigo, vai-se considerar como região amazônica a região de floresta tropical úmida que cobre a maior parte da Bacia Amazônica da América do

Sul e abrange territórios pertencentes a nove países: Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e França (Guiana Francesa, território ultramarino), também conhecida como Pan-Amazônia.

Conforme o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) brasileiro, a Pan-Amazônia representa aproximadamente “40% da área continental sul-americana e detém 20% da disponibilidade mundial de água doce” (BRASIL, 2016, p. 16). Dessa área, cerca de cerca de 70% pertence ao Brasil, o qual “afirma sua incondicional soberania sobre a Amazônia brasileira, que possui mais de 4 milhões de km², abriga reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade do planeta” e, no entanto, reconhece que a “cooperação do Brasil com os demais países que possuem território na Pan-Amazônia é essencial para a preservação dessas riquezas naturais” (BRASIL, 2016, p. 16). Dos países amazônicos, o Brasil só não faz fronteira com o Equador.

A região Amazônica como elemento de integração e de conflitos

De modo geral, a região Amazônica engloba recursos naturais, como energia, água, minerais e a própria floresta amazônica e terras agricultáveis, que, na visão de Nolte e Wehner (2016, p. 40) levam os estados a promover sua securitização¹² para evitar sua apropriação indébita por outros. Dessa forma, esses recursos naturais, incluindo projetos de infraestrutura, podem ser tanto aspecto de integração como de conflito. Então, para se buscar a integração no nível regional, os recursos naturais, desde o início, têm sido parte da agenda da UNASUL, sendo significativo que a própria criação da UNASUL¹³ tenha sido anunciada durante a primeira Conferência de Energia, realizada em Isla Margarita (Venezuela) em 2007. De fato, existe um consenso crescente dentro da UNASUL, de que a cooperação regional é também um meio de proteger os recursos exploração por forças externas. Assim, o Conselho de Defesa Sul-Americano tem atribuído alta prioridade à salvaguarda da biodiversidade

¹² Segundo Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde (Security: A New Framework for Analysis) pode ser entendido como o processo pelo qual os Estados tratam algum assunto em matéria de “segurança”, permitindo o uso de meios extraordinários em nome da segurança.

¹³ A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano – no âmbito da UNASUL – surge como um instrumento multilateral de cooperação em assuntos de defesa. A sua formação amplia a concertação sul-americana na área da segurança pois, até a sua conformação, as iniciativas de integração tendiam à esfera econômica e, em alguma medida, relativas a projetos de infraestrutura, com as iniciativas de coordenação regional no campo da segurança sendo, sobretudo, bilaterais. (PAGLIARI, 2011, p. 10)

e dos recursos naturais estratégicos (NOLTE; WEHNER, 2016, p.40)

Com isso, parece que a questão da segurança tradicional não é mais um tema prioritário na América do Sul, pois, desde o conflito armado interestatal envolvendo Peru e Equador em 1995¹⁴, porém, como observa Mares¹⁵ (2012, apud THIES, 2016, p. 113), nós ignoramos os sinais de potencial conflito militarizado na América Latina. Infelizmente, a emissão ameaças entre os países, e a exibição agressiva e o uso da força não desapareceram. Desde 2001, houve mais de uma dúzia de disputas interestaduais militarizadas (MIDs, abreviatura em inglês) na região (Quadro 1).

Pagliari (2011, p.2) levanta a questão da influência dos conflitos armados do passado e das “rivalidades tradicionais ainda pendentes na região” aliadas ao “principal problema não tradicional (o narcotráfico)” nas “dinâmicas de segurança na América do Sul e a possibilidade de respostas conjuntas”. Pondera ainda, que “muito embora os países da América do Sul tenham estabelecido uma maior aproximação nas últimas décadas, perdura ainda uma agenda securitizada que dificulta uma efetiva, intensa e institucionalizada cooperação regional”. Isso se dá “em decorrência das situações conflituosas ainda pendentes na região”. (PAGLIARI, 2011, p.2).

¹⁴ Conflito pela região do “Alto Cenepa” que compreende a Cordilheira do Condor e atualmente a província peruana do Condorcanqui, com um total de 75 Km² de terreno de difícil acesso e clima hostil, e que decorre de outros dois conflitos no séc. XX: entre 1941-1942 e em 1981. Devido a esses dois impasses Peru e Equador não haviam definido até 1997 a parte final de suas fronteiras. O último conflito foi deflagrado por Alberto Fujimori, presidente do Peru, que, então em campanha de reeleição, precisava de um artifício para elevar sua moral com a população peruana. (VINHOLES, 2015)

¹⁵ David R. Mares.

Quadro 1 - Disputas Militarizadas Envolvendo Países Sul Americanos Amazônicos (2005-2011)

Data	Países	Incidentes	Nível de Hostilidade
Janeiro de 2005	Venezuela Colômbia	Após revelações de que a Colômbia havia pago caçadores de recompensa para sequestrar líder das FARC em Caracas, a Venezuela enviou tropas para a fronteira.	3
Fevereiro de 2006	Colômbia Equador	A Colômbia violou o espaço aéreo do Equador	3
Novembro de 2007	Venezuela Guiana	Militares venezuelanos explodem dragas de mineração de ouro em área reclamada pelo país, mas internacionalmente reconhecida como da Guiana; governo da Guiana denuncia o ataque	
Julho de 2007	Colômbia Nicarágua	Em resposta a disputa com a Nicarágua sobre a soberania de San Andrés, a Colômbia enviou 1.200 soldados para marchar no Dia da Independência da Colômbia	3
Fevereiro de 2008	Colômbia Nicarágua	A Colômbia enviou patrulhas navais para San Andres; o presidente da Nicarágua promete queixar-se à ONU por ameaças a pescadores	3
Março de 2008	Colômbia Equador	A Colômbia lançou uma ofensiva por terra e ar contra as FARC, que cruzaram a fronteira equatoriana. Em protesto, o Equador retirou seu embaixador, protestou contra a agressão ao seu território e enviou tropas para a fronteira.	4
Março de 2008	Colômbia Venezuela	Em protesto pela violação colombiana ao território do Equador, a Venezuela expulsou o embaixador da Colômbia e todo o pessoal diplomático e anunciou o envio de 10 batalhões, caças e tanques para a fronteira com a Colômbia. Chávez também advertiu a Colômbia que se violassem o território da Venezuela, isso iniciaria uma guerra na América do Sul, e Chávez responderia com caças a jato.	3
Novembro de 2009	Venezuela Colômbia	Como resposta ao acordo entre Colômbia e EUA, Chávez envia 15.000 soldados para a fronteira	3
Julho de 2010	Venezuela Colômbia	Chávez ordena o envio de tropas para a fronteira, em alerta máximo, após Uribe acusá-lo de apoiar os guerrilheiros colombianos.	3
Julho de 2010	Nicarágua Colômbia	Ortega adverte a Colômbia de que a Nicarágua pode responder militarmente se a Colômbia autorizar concessões de petróleo em águas sob disputa.	2
Junho de 2011	Bolívia Chile	A Bolívia acusa o Chile de abusar de soldados bolivianos que atravessaram a fronteira com armas de pequeno porte.	2
Níveis de Hostilidade: 1 = não utiliza, 2 = ameaça; 3 = exibição; 4 = utiliza < 1.000 mortes relacionadas ao campo de batalha; 5 = guerra			

Fonte: Mares, 2012

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e o Brasil

Matos (2014, p. 10), coloca que, se o cenário amazônico é complexo e “propício para o questionamento da soberania local sob a hipótese de ingerência internacional”, os países amazônicos “liderados pelo Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela se associaram e firmaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978”, como forma de se opor ao questionamento mencionado, o qual evoluiu em 2002 para o nível de Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). O objetivo é “garantir a soberania de seus países membros”, com ações conjuntas que promovam “o desenvolvimento harmônico dos respectivos territórios amazônicos, preservando o meio ambiente, conservando e aproveitando racionalmente os recursos naturais” (MATOS, 2014, p. 10).

Matos (2014, p. 11) esclarece que o TCA, se “não abarca marcos tradicionais de defesa no seu texto”, possui aspectos que objetivam reafirmar a soberania de seus países signatários. (MATOS, 2014, p.11).

Segundo Ramlakhan¹⁶ (2013, apud MATOS, 2014, p.13), parte das iniciativas do TCA endossa o pensamento de que o aumento da “presença do Estado, na promoção de serviços básicos, na implementação do desenvolvimento sustentável, no fortalecimento da identidade amazônica” é complementar à soberania amazônica “em termos político, diplomático ou militar. Matos (2014, p. 13) destaca “a carência de recursos da Secretaria-Geral da OTCA”, os quais, em sua visão, “somente servem para os custos operacionais da Secretaria-Geral”, ocasionando, então, como indica Ramlakhan (2013, apud Matos, 2014, p. 13), que soluções expressivas dependam da “inserção de maiores recursos estatais e privados dos próprios países da OTCA”. Nesse contexto, Matos (2014, p. 13) destaca as políticas de defesa de cada país membro, esclarecendo que “Bolívia, Colômbia, Guiana e Venezuela não fazem qualquer citação do Tratado em seus principais documentos de defesa” (MATOS, 2014, p. 13-14).

Ao abordar a situação da cada país do TCA, conforme seus documentos de defesa¹⁷, destaca o aspecto comum de as Forças Armadas atuarem como elementos indutores do desenvolvimento nacional, com menor ou maior ênfase na proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Dá destaque que para a Bolívia e para o Equador o modelo de desenvolvimento almejado está ligado a princípios ancestrais (o *Vivir Bien* e o *Buen Vivir*, respectivamente) que priorizam questões humanísticas, ambientais e sociais em relação ao crescimento econômico. Para a Colômbia, ressalta a questão do narcotráfico como elemento de maior emergência. Para a Guiana, expõe que sua Força de Defesa deve focar nas ameaças da degradação ambiental para a promoção de “um sistema seguro que garanta a venda das commodities e, conseqüentemente, o crescimento econômico”. Sobre o Peru, mostra a valorização das “oportunidades de cooperação e integração internacional” e que as Forças Armadas participam do “controle do desmatamento ilegal e do comércio ilícito de madeiras”,

¹⁶ RAMLAKHAN, Robby. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a promoção da cooperação regional. In: REUNIÃO TEMÁTICA DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Novas Geopolíticas e a Pan Amazônia. Brasília-DF, 2013.

¹⁷ BOLÍVIA. Bases para la discusión de la doctrina de seguridad y defensa del Estado Plurinacional de Bolivia. La Paz: Ministerio de Defensa, 2010. BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, DF, 2012 e Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF, 2012. COLÔMBIA. Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade. Bogotá: Imprenta Nacional, 2011. EQUADOR. Plan Nacional de Seguridad Integral. Quito: Manthra, 2011. GUIANA. Organisational analysis of the Guyana Defence Force. Georgetown, 2009. PERU. Libro Blanco de la Defensa Nacional. Lima, 2005. SURINAME. Ontwikkelingsplan 2012 – 2016. Paramaribo, 2012. VENEZUELA. Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana. Caracas, 2011.

em razão de que crimes ambientais têm sido praticados também por grupos que utilizam armas de guerra, demandando o emprego de suas Forças nesses temas. Quanto ao Suriname, apresenta que a Defesa deve prestar assistência na elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento socioeconômico e proteção de seus recursos naturais, destacando a necessidade de investimento em suas Forças Armadas para a vigilância de suas fronteiras e proteção de seus recursos naturais. Em relação à Venezuela, mostra que o processo de securitização é voltado para o petróleo e suas Forças Armadas possuem o encargo de defender os pontos estratégicos que garantam o desenvolvimento nacional (notadamente o petróleo), bem como tomar providências para evitar seu uso por qualquer potencial invasor (MATOS, 2014, p. 13-14).

Quanto ao Brasil, em particular, considera que o País busca securitizar seu “desenvolvimento, repudiando qualquer tentativa de tutela sobre suas decisões justamente pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa”. Expõe que o “adensamento da presença do Estado, a partir da articulação das Forças Armadas ao longo das fronteiras, é considerado condição relevante para o desenvolvimento sustentável”. Mostra que “o emprego das Forças Armadas brasileiras, por meio de ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira, amparadas em lei federal, também é uma forma (de emergência) para garantir a proteção do meio ambiente e de seus recursos (MATOS, 2014, p. 13-14).

Por outro lado, trazendo o conceito de vizinhança amazônica, Galvão (2017) considera que o Brasil, a partir de 2003, tem buscado sua inserção internacional sob a tríade da liderança, responsabilidade e respeito internacional, atributos que, no espaço amazônico, moldaram as relações com os vizinhos, levando à valorização da OTCA, entre outros organismos, e das relações bilaterais com governos amazônicos, levando ao fomento de “planos regionais de ação, encontros de alto nível, projetos em diversas áreas”, evidenciando, assim, “não apenas uma política de redução de desigualdades nacionais, mas a expressão do ‘princípio da não indiferença’” na ação diplomática brasileira (GALVÃO, 2017, p.108-110).

Do até o momento exposto, percebe-se a relevância da situação da Venezuela para a estabilidade política da região amazônica e a integração dos países que a compõem. Assim, vai-se estender o olhar sobre a situação atual desse país vizinho do Brasil.

2. A situação da Venezuela

2.1. Visão geral

A Venezuela¹⁸ é uma República presidencialista com 22 estados, 1 distrito federal (Caracas) e 72 dependências federais. Possui cerca de 27 milhões de habitantes e tem como principais cidades: Caracas (3.051.000 pessoas), Maracaibo (2.153.000), Valencia (1.738.000), Barquisimeto (1.159.000), Maracay (1.040.000). A religião predominante é Cristianismo com 97,7% (católicos romanos 85,7% e protestantes 12%). O poder Legislativo é Unicameral - Assembleia Nacional, com 167 membros. A Constituição em vigor: 1999¹⁹. Na economia, a moeda é o Bolívar Venezuelano, o PIB é de US\$ 315,8 bilhões. Na defesa, o efetivo total: 129.150 homens e mulheres e os gastos: US\$ 3,8 bilhões (1,2% do PIB - 2011) (VENEZUELA, 2018). Conforme MEDEIROS FILHO (2010, p. 159), a geopolítica venezuelana possui quatro vertentes: a saber Atlântica, Caribenha, Andina e Amazônica (Figura 3).

Em função dessas vertentes, as percepções de ameaças venezuelanas focam em três principais: a Imperialista, a Transfronteiriça e a Geopolítica (Figura) 4. A partir da Constituição de 1999 o Governo Venezuelano passa a considerar como principal hipótese de conflito uma “ameaça imperialista”, que seria “uma eventual intervenção de poderio bélico exógeno ao subcontinente”, pois, até então, as ameaças visualizadas incidam sobre as “desconfianças clássicas em relação aos vizinhos [...] e sobre a atuação das FARC²⁰ em seu território”, com destaque para a questão Essequibo com a Guiana e o receio do “gigantismo geopolítico” do Brasil (MEDEIROS FILHO, 2010, 159).

¹⁸ Dados de 2011, anteriores ao agravamento da crise política, econômica e social que atualmente assola a Venezuela.

¹⁹ Em 2017, foi instalada uma Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição.

²⁰ Essa atuação não se resumia somente à influência ideológica sobre a população venezuelana, também à cooptação de elementos para seus quadros e à obtenção de recursos através de sequestros (MEDEIROS FILHO, 2010, p.159). Cabe mencionar, que se hoje o processo de paz com as FARC conduzido pelo governo colombiano parece atenuar esse problema para a Venezuela, ainda há a questão do Exército de Libertação Nacional da Colômbia com potencial semelhante de problemas.



Figura 3 - Vertentes Geopolíticas da Venezuela
Fonte: Medeiros Filho



Figura 4 – Venezuela: Percepções de Ameaças
Fonte: Medeiros Filho

Sobre as ameaças transfronteiriças, ao lado da contestação do Golfo da Venezuela²¹, várias desavenças de fronteira entre Venezuela e Colômbia como tensões que estão presentes na relação dos dois países. (Mares 2001, apud PAGLIARI, 2011, p. 7)

²¹ Os dois países disputam a posse de um golfo no Caribe, importante pelas reservas de petróleo que contem, que, inclusive, ente agosto e setembro de 2015 após um incidente envolvendo forças paramilitares e tropas venezuelanas no vilarejo de San Antonio del Táchira. Essas tensões arrefeceram após o reestabelecimento do diálogo entre os dois países (COLÔMBIA, 2015).

Em relação à “ameaça imperialista”, a Venezuela realizou em 2017 exercícios militares “de defesa integral armada da pátria venezuelana [...] em todo o território nacional” em resposta às declarações do Presidente Donald Trump dos Estados Unidos, no sentido de não descartar uma opção militar para a Venezuela. Exercício semelhante já havia sido realizado em 2015 quando o governo dos EUA decidiu prolongar o decreto emitido em 2015 que considera a Venezuela uma “ameaça extraordinária” (VENEZUELA, 2017).

Em relação à questão Essequibo com a Guiana²²²³, desde 1962, a Venezuela tem contestado do Laudo de Paris, em 1899, que fora assinado aquele país e pela, na época, Guiana Britânica, para dar solução à disputa fronteiriça entre as duas nações. Mais recentemente, desde maio de 2015, com a descoberta, pela empresa americana Exxon, de grandes quantidades de petróleo no subsolo marinho das águas territoriais do Essequibo tem havido uma crescente tensão na região em razão de o presidente Nicolás Maduro haver prometido “lutar até o fim para provar que a prospecção da gigante petroleira ocorreu, em realidade, em águas venezuelanas”, ter realizado exercícios militares na fronteira e assinado decreto para incluir a área das reservas petroleiras dentro das águas territoriais da Venezuela, causando irritação no governo guianês, pois, “além de petróleo em sua costa, o Essequibo tem jazidas de ouro e minérios, graças às quais o governo guianês espera desenvolver esta região de selva pobre e inóspita”. Como a questão tem ganhado força, num período de grandes contestações populares e opositoristas contra o governo de Maduro, “diplomatas e analistas temem que a situação fuja do controle”, lembrando que “a Guerra das Malvinas, que opôs Argentina e Reino Unido em 1982, foi deflagrada por uma junta militar argentina em profunda crise econômica e social” (ADGHIRNI, 2015).

2.2. Atual crise na Venezuela

No campo interno, desde que a oposição conquistou a maioria no Parlamento nas eleições de 2015, a situação política, econômica e social na Venezuela vem se

²² O Essequibo é uma área compreendida entre o Rio Essequibo e a divisa tradicional entre Guiana e Venezuela. Dispõe de uma série de recursos naturais, como ouro, bauxita, urânio, potencial hidrelétrico e, em seu oceano próximo, petróleo (QUESTÃO, 2018).

²³ A Guiana apresentou em 29 mar. 2018 sua solicitação à Corte Internacional de Justiça (ICJ) solicitando que confirme a validade legal e o efeito vinculante da Sentença Arbitral de 1899 na fronteira entre a Guiana e a Venezuela (GUYANA, 2018).

agravando sensivelmente. A tentativa, acompanhada por organismos internacionais, de estabelecimento, em 2016, de um diálogo político entre o governo do Presidente Nicolás Maduro e a oposição fracassou devido ao não atendimento, pelo governo, das aspirações envolvendo o cronograma eleitoral, a libertação de presos políticos, o referendo revogatório e a antecipação das eleições presidenciais (FIGUEIREDO, 2016). Tal fracasso levou a intensas manifestações populares contra o governo, principalmente nos primeiros meses de 2017, as quais atingiram elevado grau de violência, tanto por parte dos manifestantes como das forças de repressão do governo (BOECHAT, 2017), mas não lograram as mudanças pretendidas e, pelo contrário, levaram Nicolás Maduro a convocar, em maio de 2017, uma assembleia “constituente cidadã, não de partidos políticos”, “uma constituinte do povo” para “derrotar o golpe fascista” (MADURO, 2017).

No campo externo, em abril de 2017, o governo Nicolás Maduro mostra isolamento em relação a organismos multilaterais, tendo anunciado sua saída da Organização dos Estados Americanos (OEA) (MEZA; ALONSO, 2017) e sido afastado do MERCOSUL (HERMIDA, 2017). Por outro lado, se a maioria de seus vizinhos latino-americanos mostram preocupação com a situação na Venezuela e afastamento daquele governo, isso não parece acontecer com Bolívia, Equador e Cuba (QUAIS, 2017), muito provavelmente devido ao alinhamento ideológico que existe entre eles e a Venezuela. Também merece destaque a aproximação com a Rússia e a China, tanto para compras de armamentos (VENEZUELA, 2016), como na busca de apoio político no âmbito da Organização das Nações Unidas (CHADE, 2017).

Então, como se percebe, a situação atual da Venezuela é um tanto crítica e, com isso, configura-se um potencial de transbordamento de seus problemas para os países amazônicos que lhe são vizinhos, um deles o Brasil, para o qual as consequências dessa situação serão abordadas a seguir.

2.3. Consequências da situação na Venezuela para o Brasil

Uma consequência do agravamento da situação interna da Venezuela que tem imposto à sua população restrições críticas, caracterizadas pela escassez de alimentos, medicamentos e materiais hospitalares, bem como o desemprego em função do fechamento de empresas tem sido o crescimento das migrações de venezuelanos

incluindo indígenas para o Brasil e a Colômbia (CAMPOS, 2018). No Brasil, partir do segundo semestre de 2015, a intensificação de tal crise tem acarretado o incremento do fluxo de entradas de venezuelanos no BRASIL, principalmente, pela cidade de PACARAIMA/RR, em busca de melhores condições de vida, tendo como principais destinos as cidades de Boa Vista em Roraima e Manaus no Amazonas, onde acampam em condições precárias e se espalham, para pedir esmola, principalmente em semáforos (MANAUS, 2017, causando sérios problemas sociais.

Até o fim do ano de 2017, o número de venezuelanos que solicitaram refúgio em RORAIMA (RR) cresceu vertiginosamente. Segundo dados da Polícia Federal (PF), no ano de 2015, as solicitações subiram para cerca de 230 (duzentos e trinta), em 2016, contabilizaram em torno de 2.300 (dois mil e trezentos), e até junho de 2017, cerca de 5.800 (cinco mil e oitocentos) (COSTA, 2017). Sendo que no início de 2018 estima-se cerca de 40.000 (quarenta mil) venezuelanos em Roraima, acordando o Brasil para “sua ‘crise de refugiados’” (MENDONÇA, 2018).

Conforme o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR (PERGUNTAS, 2018) o refúgio é uma proteção legal para estrangeiros que sofram perseguição em seu país de origem por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou ainda que estejam sujeitos à grave e generalizada violação de direitos humanos e garante ao solicitante, ainda que temporariamente, o direito de permanecer no País de forma legal, assegurando o direito de obter documentos como o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a Carteira de Trabalho, enquanto o pedido é avaliado pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Cabe ressaltar que, em 21 de novembro de 2017, entrou em vigor a Lei de Migração brasileira que proporciona uma série de direitos a estrangeiros de qualquer nacionalidade que vêm trabalhar, morar ou pedir refúgio no Brasil, como direito à educação, à justiça e à moradia. Embora a regulamentação da Lei receba várias críticas, ela garante, ainda, acesso igualitário e livre a serviços, programas e benefícios sociais (MELO, 2017). Ocorre que, enquanto aguardam a avaliação do pedido, os estrangeiros acabam por aceitar qualquer forma de trabalho, formal ou informal, de modo a garantir melhores condições de sobrevivência.

Além do fluxo de venezuelanos que têm intenção de estabelecer residência no BRASIL, há também um fluxo oscilatório de venezuelanos da região centro/sul

daquele país, que vão até Pacaraima/RR ou Boa Vista/RR, para adquirir gêneros alimentícios e produtos de primeira necessidade, escassos na Venezuela, ou buscar atendimento na rede de saúde pública roraimense (CHAVES, 2018). Há também o fluxo migratório de indígenas venezuelanos da etnia Warao, a maioria, e da etnia Panare (Eñape), uma minoria com cultura e língua diferentes da primeira. Essas etnias têm se estabelecido, principalmente, em Boa Vista e Pacaraima/RR, chegando, porém, às cidades de Manaus/AM, Belém/PA e Santarém/PA. Como não possuem recursos para seu sustento e não possuem aptidões adequadas para obtenção de trabalho remunerado, carecem de tutela para sobrevivência (ACNUR, 2017).

Como o aumento significativo do fluxo migratório, o Estado de Roraima, vem tendo sérias dificuldades por não possuir estrutura pública adequada para realizar o apoio aos imigrantes, o que tem gerado efeitos negativos, principalmente em Boa Vista, no que se refere a saúde, saneamento, educação e segurança, evidenciados pela presença massiva de venezuelanos morando nas ruas da capital roraimense (MEDONÇA, 2018).

Como medida emergencial, desde o final de 2016, foram abertos quatro abrigos para o acolhimento dos imigrantes em Boa Vista e um em Pacaraima-RR (MARQUES, 2017). Tais centros têm sido instalados e apoiados pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado de Roraima (CEDEC/RR) e o ACNUR, além de ONGs como a Fraternidade - Federação Humanitária Internacional, Rede Luz, Fraternidade Sem Fronteiras.

Em 7 dezembro de 2017, o Governo de Roraima decretou situação de emergência social no Estado por causa do grande número de imigrantes venezuelanos que chegam diariamente ao Estado. Estima-se que aproximadamente, 10% (dez por cento) da população de RORAIMA é composta de estrangeiros neste momento. (MENDONÇA, 2018). Na área de saúde, atendimentos a venezuelanos mais do que dobraram nos últimos 2 (dois) anos, gerando superlotação nos principais hospitais da cidade. Verifica-se o surgimento de surtos de epidemias, como Sarampo e Malária, provavelmente trazidos pelos venezuelanos (BOND, 2018). Na de educação, dados do Censo Escolar de Roraima registrou de 2015 a 2016 o aumento de 30, 34% no ingresso na rede de ensino de crianças venezuelanas (LOPES, 2017). Na área de segurança, é possível identificar um crescimento na atividade de prostituição praticada por

venezuelanas, em BOA VISTA - RR e outras cidades do Estado, bem como o crescimento expressivo da marginalidade e de atos ilícitos como furtos e roubos em busca da sobrevivência (OS REFLEXOS, 2017). Essa situação tem causado descontentamento em parte da população local em alguns municípios do Estado, onde começam a acontecer manifestações geralmente pacíficas, com exceção de alguns casos isolados de repressão violenta, não podendo ser caracterizada como um movimento xenofóbico (MARQUES 2018).

CONCLUSÃO

Cenário de oportunidades

Nesse Cenário, as oportunidades surgem da postura que o Brasil tem adotado para sua inserção internacional: “liderança, responsabilidade e respeito internacional”, (Galvão, 2017, p.108). Alinhadas a esses aspectos, particularmente envolvendo segurança e defesa, surgem diversas oportunidades em relação à situação da Venezuela no quadro de instabilidade do arco norte da América do Sul.

Para proporcionar um ambiente de maior estabilidade, em convergência com a lógica da cooperação como elemento de fortalecimento da confiança mútua, o Brasil pode atuar junto aos demais países amazônicos para, juntos, buscarem o sucesso da lógica da vizinhança. Isso pode ser conseguido por meio de iniciativas como a de reuniões periódicas de Comandantes de Exércitos Amazônicos – cuja lógica pode ser adotada para as demais Forças singulares e também para os ministérios de Defesa –, a exemplo das reuniões de Comandantes de Exércitos do Mercosul, cuja XI Reunião do Comitê de Comandantes de Exército do MERCOSUL e Associados (XI RCEMA) foi realizada de 21 a 25 de novembro de 2011, com a presença dos então Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, e Comandante do Exército, General-de-Exército Enzo Martins Peri. Se iniciativas como essa tem fortalecido o ambiente de confiança mútua no Cone-Sul, também podem fazê-lo pela região norte-andina, em especial, se houver a participação da Venezuela.

Outra oportunidade que pode fortalecer os laços cooperativos na vizinhança amazônica e seu compromisso com comunidade internacional, se evidencia por meio de iniciativas como a realização, desde a primeira quinzena de março de 2018, das

operações Controle e Acolhida, pelo Exército Brasileiro, “em apoio à crise humanitária causada no estado de Roraima, devido à fuga de venezuelanos de seu país”. A Operação Acolhida, sob a coordenação de uma Força-Tarefa Logística Humanitária, atua “de modo interagências, envolvendo vários órgãos da esfera federal, estadual e municipal” e tem como, inicialmente “recepcionar e apoiar os refugiados, por meio de medidas assistenciais, como distribuição de alimentos, melhoras nas condições dos abrigos e apoio de saúde”. A Operação Controle, por sua vez, objetiva “aumentar a segurança na faixa de fronteira roraimense, intensificando a triagem e o controle dos refugiados, direcionando-os para os centros de acolhimento e auxiliando o processo de interiorização deles no Brasil ou de retorno à Venezuela” (OPERAÇÕES, 2018). Embora possa-se pensar inicialmente que essa medida visa apenas minorar um problema interno do país, decorrente do crescimento das imigrações, essa medida mostra a capacitação que o Brasil vem buscando para a prestação de ajuda humanitária ao par do que já faz em operações de manutenção da paz. Tal assertiva comprova-se com a realização do exercício logístico multinacional de ajuda humanitária AMAZONLOG, em 2017, com a participação de observadores das Forças Armadas de 19 países, tropas e meios logísticos do Brasil, da Colômbia e do Peru; e observadores e meios logísticos dos EUA, além de diversos órgãos e agências civis brasileiras, colombianas e peruanas, com destaque para o ACNUR.

Iniciativas como as exemplificadas acima proporcionam um ambiente de segurança e defesa mais cooperativo e solidário entre os países amazônicos, atenuando as instabilidades na região.

Cenário de dificuldades

Neste cenário, as maiores dificuldades para a segurança e defesa do Brasil, bem como dos demais países amazônicos, referem-se a duas possibilidades hipotéticas de evolução da atual situação da Venezuela: o contínuo agravamento da crise política, econômica e social até uma situação assemelhada a um país fracassado²⁴ ou uma aventura militar em relação a área contestada em fronteira com país vizinho.

Na primeira hipótese, as dificuldades referem-se a que estados fracassados

²⁴ Situação que, conforme Helman e Ratner (1992, apud MONTEIRO, 2006, p.2), na obra “Saving Failed States”, refere-se aos estados completamente incapazes de sustentarem-se como membros da comunidade internacional.

“caem em violência e anarquia - colocando em perigo seus próprios cidadãos e ameaçando seus vizinhos através de ondas de refugiados, instabilidade política e combates aleatórios”, deixando claro a necessidade de se fazer algo” (HELMAN E RATNER, 1992, apud MONTEIRO, 2006, p.2). O problema é que o fazer algo implica, ainda mais na esfera da segurança e da defesa, a atuar no âmbito de organismos internacionais. No caso da Venezuela, se a situação evoluir ao ponto de o país ser considerado um estado fracassado, o Brasil poderá ser chamado a atuar sob a égide de algum organismo internacional. Ocorre que os organismos regionais como a UNASUL (e seu CDS) ou a OEA não têm em suas cartas constitutivas cláusulas que lhes deem competência para a tomada de resoluções nesse sentido. Então a legitimidade para isso teria que ser dada pela Organização das Nações Unidas ONU). Porém uma resolução desse tipo pediria o consenso do Conselho de Segurança (CS) da ONU, o que pode não acontecer em razão de posturas como as da China e da Rússia, que têm obstaculizado a efetivação de diversas propostas de sanções contra o governo Maduro (CHADE, 2017). Nessa possibilidade, os problemas venezuelanos afetariam em muito os países vizinhos e a estabilidade no ambiente amazônico. Caso haja consenso, o Brasil muito provavelmente será chamado a compor, ou mesmo liderar, uma força multinacional de manutenção da paz ou de ajuda humanitária no interior do país vizinho, o que viria a ser um grande desafio para a estabilidade regional.

Noutro sentido, a possibilidade de uma hipotética aventura militar em relação a área contestada em fronteira com país vizinho como forma de buscar-se a coesão interna em torno de um pretense interesse nacional, embora pareça inverossímil, não pode deixar de ser cogitada, pois casos semelhantes já ocorreram no subcontinente americano, são eles a Guerra das Malvinas ou Falklands, entre Argentina e Inglaterra, e o conflito armado interestatal envolvendo Peru e Equador em 1995, pela região do “Alto Cenepa” que compreende a Cordilheira do Condor, na fronteira dos dois países.

No caso venezuelano, nessa hipótese, uma eventual ação militar sobre a região do Essequibo²⁵, cuja posse da guianense é contestada pela Venezuela, certamente traria consequências graves para o ambiente amazônico, em especial para o Brasil, que tem fronteira com os dois países ao norte do Estado de Roraima.

²⁵ Seleciona-se a possibilidade de conflito com a Guiana, em razão do menor poder militar relativo daquele em comparação com outros na região.

Nessa região, o Brasil tem desdobrado a 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) do Exército subordinada ao Comando Militar da Amazônia²⁶. Ocorre que a constituição da 1ª Bda Inf SI é adequada à sua missão de manutenção da soberania e da integridade territorial brasileiras em tempos de normalidade nas relações interestatais, mas que, em caso de conflito envolvendo países vizinhos, terá que ser reforçada com elementos de proteção, como defesa anticarro e antiaérea, além de requerer capacidade de operar em ambiente conjunto com a Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira, como forma a continuar a cumprir sua missão.

Sobre esse eventual conflito, o Brasil, além de poder ser chamado para intermediar negociações de paz, como o fez no caso do conflito entre Peru e Equador, deve atuar preventivamente, posicionando-se claramente contra qualquer aventura nesse sentido, em razão do risco que uma ocorrência desse tipo traz, principalmente, pelo potencial de atração de elementos extrarregionais para questões internas da América do Sul.

A guisa de conclusão do artigo, evidencia-se que em ambas as possibilidades do cenário de dificuldades como também no de oportunidades, o papel do Brasil será importante na busca de soluções para a melhora das relações de vizinhança e condições de estabilidade no ambiente amazônico.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Refúgio, Migrações e Cidadania. 2017. Disponível em < http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-12_Refugio-Migracoes-e-Cidadania.pdf>.

Acesso em 3 mar. 2018.

ADGHIRNI, SAMY. Venezuela cobiça região gerida pela Guiana após descoberta de petróleo. 10 ago. 2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/08/1666661-venezuela-cobica-regiao-gerida-pela-guiana-apos-descoberta-de-petroleo.shtml>>. Acesso em 15 mar. 2018.

BELLINTANI, Adriana Iop; LYRA, Américo de. Amazônia: defesa e segurança de região prioritária. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 16, p. 6-25, Jan. 2014. Disponível em < <http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1597>>. Acesso em 15

²⁶ Na Amazônia Legal, as Forças Armadas (FA) brasileiras se articulam da seguinte forma: a **Marinha**, possui dois Comandos de Distritos Navais (ComDN): o 4º ComDN, sediado em Belém-PA, e o 9º ComDN, sediado em Manaus-AM, os quais contam com cerca de 4.800 militares (BRASIL, 2016); o **Exército** possui dois Comandos Militares de Área: o Comando Militar do Norte (CMN), sediado em Belém-PA, e Comando Militar da Amazônia (CMA), sediado em Manaus-AM, que contam cerca de 28.800 militares (BRASIL, 2016); a **Força Aérea** possui dois Comandos Aéreos (COMAR): o COMAR I, com sede em Belém-PA, e o COMAR VII, com sede em Manaus-AM e cerca de 9.800 militares.

mar. 18.

BOECHAT, Yan. Do heroísmo à penúria: protagonistas em protestos, crianças de rua de Caracas agora brigam por latas de lixo mais cheias. BBC Brasil. 02 set. 2017. Disponível em <<http://www.bbcruasian.com/portuguese/internacional-41106648>>. Acesso em 15 mar. 17.

BOND, Letycia. Roraima: atendimento a venezuelanos no SUS cresceu 2,3 mil vezes em quatro anos. EBC Agência Brasil. 22 fev. 2018. Disponível em <>. Acesso em 10 mar. 2018.

BRAGATI, Milton Carlos. Cooperação em Defesa na América do Sul - Limites e Perspectivas. Dissertação de Mestrado em Integração Regional área de Ciência Política e Relações Internacionais. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2016, 165p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília. 2016. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro_branco_de_defesa_nacional_minuta.pdf>. Acesso em 24 mar. 18.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Conselho de Defesa Sul-Americano. [s.d.]. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/foruns-internacionais/cds>>. Acesso em 15 dez. 2017.

CAMPOS, Ana Cristina. Brasil e Colômbia discutem impactos da migração venezuelana nos dois países. EBC Agência Brasil. 21 fev. 2018. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-02/brasil-e-colombia-discutem-impactos-da-migracao-venezuelana-nos-dois>>. Acesso em 3 mar. 18.

CHADE, Jamil. China, Rússia e outros aliados barram medidas internacionais contra Venezuela. O Estado de São Paulo. São Paulo: 9 ago. 2017. Disponível em <>. Acesso em 3 mar. 17.

CHAVES, Alan. Venezuelanos viajam até 11 horas para receberem atendimento médico na fronteira de RR. Portal G1. Roraima: 7 fev. 2018. Disponível em <>. Acesso em 3 mar. 2018.

COLÔMBIA e Venezuela chegam a acordo para normalizar relações. Portal G1. 22 set. 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/colombia-e-venezuela-chegam-a-acordo-para-normalizar-relacoes.html>>. Acesso em 15mar.2018.

COSTA VAZ, Alcides. Perspectivas da estabilidade regional à luz da implementação dos acordos de paz na Colômbia e da crise Venezuelana. Artigos Estratégicos. Brasília, v. 3, n. 2, jul. 2017. Disponível em <<http://ceeex.org/revista/index.php/artigos-estrategicos/issue/view/19/showToc>>. Acesso em 15 dez.2017.

_____, Alcides. Tendências e Perspectivas sobre Gastos Militares dos Países Amazônicos: Implicações para os Objetivos e Interesses de Defesa do Brasil. In: Desafios Contemporâneos de Defesa e o Exército Brasileiro. Brasília: Ipea, 2018. No prelo.

COSTA, Emily. Número de pedidos de refúgio de venezuelanos em 2017 já é mais que o dobro que o de 2016 em Roraima. Portal G1. Roraima: 15 jun. 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/com-5787-pedidos-de-refugio-em-6-meses-numero-de-entrada-de-venezuelanos-mais-do-que-dobra-em-roraima.ghtml>>. Acesso em 3 mar. 2018.

FIGUEIREDO, Janaína. Divisão dentro da oposição dificulta conversas com governo de Maduro. O Globo. Buenos Aires: 1 nov. 2016. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/mundo/divisao-dentro-da-oposicao-dificulta-conversas-com-governo-de-maduro-20393491>>. Acesso em 15 mar. 2017.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 77-104, jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100003>. Acesso em 18 mar. 2018.

GALVÃO, Thiago Gehre. Por uma vizinhança Amazônica em Segurança e Defesa. In: DE OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes; PAGLIARI, Graciela De Conti. (Org.). *Pensando Defesa e Integração nas Fronteiras*. Recife: UFPE, 2017.

GUYANA files Venezuela border controversy case with ICJ. *Stabroek News*. 29 mar. 2018. Disponível em <https://www.stabroeknews.com/2018/news/stories/03/29/guyana-files-venezuela-border-controversy-case-withicj/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_term=https%3A%2F%2Fwww.stabroeknews.com%2F2018%2Fnews%2Fstories%2F03%2F29%2Fguyana-files-venezuela-border-controversy-case-with-icj%2F&utm_content&utm_campaign=News+Alerts>. Acesso em 29 mar. 2018.

HERMIDA, Xosé. Mercosul impõe sanção política à Venezuela para isolar Maduro. *El País*. 5 ago. 2017. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/05/politica/1501947965_233058.html>. Acesso em 10 mar. 18.

JATOBÁ, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais - Col. Temas Essenciais Em R.I. - Vol. 2. Livro Eletrônico*. Saraiva. 2013.

LOPES, Minervaldo. Número de alunos venezuelanos em escolas de Roraima sobe 30%. *Folhaweab*. 10 abr. 2017. Disponível em <<http://folhabv.com.br/noticia/-Numero-de-alunos-venezuelanos-em-escolas-de-Roraima-sobe-30-/27292>>. Acesso em 10 mar. 2018.

MADURO convoca assembleia constituinte para tentar resolver crise. *Portal G1*. 1 mai. 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/maduro-convoca-assembleia-cidada-para-nova-constituicao.ghtml>>. Acesso em 15 mar 18.

MANAUS decreta estado de emergência após migração de venezuelanos. *Exame*. 8 mai. 2017. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/manaus-quer-ajuda-para-lidar-com-migracao-de-venezuelanos/>>. Acesso em 3 mar. 18.

MARES, David R. Por que os latino-americanos continuam a se ameaçarem o uso da força militar nas relações intra latino-americanas. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.28, n° 48, p.599-625: jul/dez 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/07.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2018.

MARQUES, Marcelo. Em meio à situação de emergência por intensa imigração, mais um abrigo para venezuelanos é aberto em RR. *Portal G1*. Roraima: 9 dez. 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/em-meio-a-situacao-de-emergencia-por-intensa-imigracao-mais-um-abrigo-para-venezuelanos-e-aberto-em-rr.ghtml>>. Acesso em 28 mar. 2018.

_____, Marcelo. Moradores ateiam fogo em objetos e expulsam venezuelanos de prédio abandonado durante protesto em RR. *Portal G1*. Roraima: 19 mar. 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/moradores-ateiam-fogo-em-objetos-e-expulsam-venezuelanos-de-predio-em-cidade-no-interior-de-rr.ghtml>>. Acesso em 30 mar. 2018.

MATOS, Sergio Ricardo Reis Matos. Segurança e desenvolvimento nas políticas de defesa dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. *Boletim Meridiano* 47 vol. 15, n. 144, jul-ago. 2014. Disponível em <<http://www.esg.br/images/Laboratorio/publicacoes/Segurancaedesenvolvimento.pdf>>. Acesso em 15 mar. 18.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul. Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política. 2010.

MELO, Patrícia Campos. Lei de Migração entra em vigor, mas regulamentação é alvo de críticas. Folha de São Paulo. São Paulo: 21 nov. 2017. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1936866-lei-de-migracao-entra-em-vigor-mas-regulamentacao-e-alvo-de-criticas.shtml>>. Acesso em 3 mar. 2018.

MENDES, Anderson de Araújo. et al. Análise do processo de desenvolvimento do CDS/UNASUL em tempos de austeridade. São Paulo: Faculdades Integradas Rio Branco, 2017. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/analise_do_processo_de_desenvolvimento_do_cdsunasul_em_tempos_de_austeridade.pdf>. Acesso em 25 mar. 18.

MENDONÇA, Heloísa. Com 40.000 venezuelanos em Roraima, Brasil acorda para sua ‘crise de refugiados’. El País. 18 fev. 2018. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071_492585.html>. Acesso em 3 mar. 2018.

MEZA, Alfredo; ALONSO, Nicolás. Venezuela anuncia sua retirada da OEA. El País. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/27/internacional/1493246051_378028.html>. Acesso em 10 mar. 2018.

NOLTE, Detlef; WEHNER, Leslie E.. Geopolitics in Latin America, old and new. In: MARES, David R.; KACOWICZ, Arie M.. Routledge handbook of Latin American Security. Taylor & Francis Group. New York: 2016.

OPERAÇÕES em Roraima visam à coordenação e à segurança de venezuelanos que fogem da crise humanitária. Exército Brasileiro. 15 mar. 2018. Disponível em <http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/Mja_G93KcunQI/content/operacoes-em-roraima-visam-a-coordenacao-e-a-seguranca-de-venezuelanos-que-fogem-da-crise-humanitaria->. Acesso em 29 mar. 2018.

OS REFLEXOS da imigração Venezuelana: perfil dos imigrantes, Segurança Pública e Saúde Pública. DefesaNet. 19 dez. 2017. Disponível em <<http://www.defesanet.com.br/ven/noticia/27999/Os-reflexos-da-imigracao-Venezuelana--perfil-dos-imigrantes--Seguranca-Publica-e-Saude-Publica/>>. Acesso em 10 mar. 2018.

PAGLIARI, Graciela De Conti. Segurança na América do Sul: Problemas e Atores. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais: Governança global e novos atores, painel “As relações regionais sul-americanas após 20 anos de Mercosul: balanço, desafios e perspectivas”. São Paulo: 20-22 jul. 2011. Disponível em <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v2/a18.pdf>>. Acesso em 10 mar. 18.

PERGUNTAS e Respostas. UNHCR/ACNUR. Disponível em <<http://www.acnur.org/t3/index.php?id=252%27A=0>>. Acesso em 29 mar. 2018.

QUAIS são os países que ainda apoiam o governo Maduro após a polêmica eleição para a Constituinte. BBC Brasil. 2 ago. 2017. Disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40803930>>. Acesso em 10 mar. 18.

QUESTÃO do Essequibo: a disputa territorial entre Venezuela e Guiana. Disponível em <<http://www.geografiaopinativa.com.br/2017/10/questao-do-essequibo-disputa-territorial-entre-venezuela-e-guiana.html>>. Acesso em 19 mar. 2018.

THIES, Cameron G. Traditional Security: War and peace. In: MARES, David R.;

KACOWICZ, Arie M.. Routledge handbook of Latin American Security. Taylor & Francis Group. New York: 2016.

VENEZUELA comprará tecnologia bélica e armas de China e Rússia. Portal G1. 28. Dez. 2016. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/venezuela-comprara-tecnologia-belica-e-armas-de-china-e-russia.ghtml>>. Acesso em 10 mar. 2018.

_____ prepara exercícios militares para fazer frente à "ameaça imperial". EBC Agência Brasil. 2017. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-08/venezuela-prepara-exercicios-militares-para-fazer-frente-ameaca>>. Acesso em 29 mar. 2018.

_____. Disponível em <http://www.portalbrasil.net/americas_venezuela.htm>. Acesso em 15 mar. 2018.

VINHOLES, Thiago. Guerra do Cenepa entre Equador e Peru completa 20 anos. Airway: 19 jun. 2015. Disponível em <<https://airway.uol.com.br/guerra-do-cenepa-entre-equador-e-peru-completa-20-anos/>>. Acesso em 29 mar. 2018.

WIKIPEDIA. Constituição da Venezuela. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Constituição_da_Venezuela>. Acesso em 15 mar. 2018.